

# Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito 2

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

# Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito 2

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecária**

Janaina Ramos

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Correção:** David Emanuel Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

C568 Cidadania, poder e desenvolvimento no estado democrático de direito 2 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-483-2

DOI 10.22533/at.ed.832202710

1. Democracia. 2. Estado democrático. 3. Direito. 4. Cidadania. I. (Organizador) Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Título.

CDD 321.8

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Em **CIDADANIA, PODER E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO – VOL. II**, coletânea de dezenove capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica de cidadania que impacta na construção de um estado democrático de direito genuinamente inclusivo, diverso e de/para todos.

Temos, nesse segundo volume, três grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações, nelas estão debates que circundam direitos humanos; teoria do direito, processo civil e mediação; e direitos sociais.

Direitos humanos traz análises relevantes como negação de direitos humanos, pessoas com deficiência, Agenda 2030, empresas e direitos humanos, refugiados, trabalho, América Latina, meio ambiente e nanotecnologia.

Em teoria do direito, processo civil e mediação são verificadas contribuições que versam sobre contrato social e descontinuidade da ordem, sanção e teoria positivista, duplo grau de jurisdição, mediação e o mediador.

Nos direitos sociais são encontradas questões relativas ao acesso aos serviços sociais, função social da propriedade urbana, direito de superfície e direito de laje, além da questão agrária a partir da ordem de despejo realizada no Centro de Formação Paulo Freire no estado de Pernambuco.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **A NEGAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO ESTADO NAZISTA**

Enedina Gizeli Albano Moura  
Francisco Lucas de Lima Fontes  
Izabelle Carvalho Lima  
Raimundo Jucier Sousa de Assis

**DOI 10.22533/at.ed.8322027101**

### **CAPÍTULO 2..... 18**

#### **A CONVENÇÃO DA ONU SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A INCLUSÃO EM DESTINOS TURÍSTICOS**

Alexsandro Rahbani Aragão Feijó  
Luiziane Silva Saraiva  
Saulo Ribeiro dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.8322027102**

### **CAPÍTULO 3..... 25**

#### **O DIREITO (FUNDAMENTAL) À SAÚDE TUTELADO PELA ATUAÇÃO DA ONU - OBJETIVO 3 DA AGENDA 2030**

Graziela Moraes

**DOI 10.22533/at.ed.8322027103**

### **CAPÍTULO 4..... 40**

#### **O ACESSO À JUSTIÇA NO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

Gerardo Bernales Rojas

**DOI 10.22533/at.ed.8322027104**

### **CAPÍTULO 5..... 65**

#### **UM OLHAR DE GÊNERO SOBRE O TRATADO DE EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS**

Juliana Bertholdi  
Angelina Colaci Tavares Moreira  
Marina Bonatto

**DOI 10.22533/at.ed.8322027105**

### **CAPÍTULO 6..... 78**

#### **A CRISE DOS REFUGIADOS NO CONTINENTE EUROPEU**

Alisson Maffei  
Daniela Ignácio  
Leonardo Hesper Robinson  
Pedro Trindade Petersen

**DOI 10.22533/at.ed.8322027106**

### **CAPÍTULO 7..... 90**

#### **EFEITOS PRÁTICOS DA RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO Nº 182 DA OIT NO BRASIL E**

EM PORTUGAL

Felipe Pepe Machado

**DOI 10.22533/at.ed.8322027107**

**CAPÍTULO 8..... 109**

INTERVENÇÃO ESTRUTURAL E BLOQUEIOS POLÍTICOS E INSTITUCIONAIS: O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NA AMÉRICA LATINA

Luis Renato Ribeiro Pereira de Almeida

Gleison Heringer Vieira Domingues

**DOI 10.22533/at.ed.8322027108**

**CAPÍTULO 9..... 122**

ANÁLISE CRÍTICA DA CONVENÇÃO DE AARHUS EM MATÉRIA AMBIENTAL SOB A ÓTICA DO ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO: ACESSO À INFORMAÇÃO, À JUSTIÇA E PARTICIPAÇÃO NA TOMADA DE DECISÃO

Manoel Coracy Saboia Dias

Gabriela Garcia Batista Lima Moraes

**DOI 10.22533/at.ed.8322027109**

**CAPÍTULO 10..... 140**

OS NOVOS RISCOS DA SOCIEDADE NANOTECNOLÓGICA E SUAS INTERFACES COM O SISTEMA DO DIREITO

Raquel Von Hohendorff

Daniele Weber da Silva Leal

**DOI 10.22533/at.ed.83220271010**

**CAPÍTULO 11..... 155**

CONTRATO SOCIAL DO SÉCULO XXI E A DESCONTINUIDADE DA ORDEM

Juliano Brito

**DOI 10.22533/at.ed.83220271011**

**CAPÍTULO 12..... 172**

DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE SANÇÃO NA TEORIA POSITIVISTA DE Kelsen À BOBBIO

Heitor Antunes Milhomens

**DOI 10.22533/at.ed.83220271012**

**CAPÍTULO 13..... 187**

O PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO NO PROCESSO CIVIL

Milena Rocha Carbonar

Nayara de Fátima Verdi

João Pedro do Prado Sanches

**DOI 10.22533/at.ed.83220271013**

**CAPÍTULO 14..... 195**

A MEDIAÇÃO, A IMPORTÂNCIA DO MEDIADOR E SUA ATUAL RESPONSABILIDADE

Iracecilia Melsens Silva da Rocha

**DOI 10.22533/at.ed.83220271014**

**CAPÍTULO 15.....208**

**O MEDIADOR NO JUDICIÁRIO: ELEIÇÃO OU CONCURSO UMA ANÁLISE A PARTIR DA OBRA DE PIERRE ROSANVALLON**

*Claudia Ernst Rohden*

*Janaína Soares Schorr*

**DOI 10.22533/at.ed.83220271015**

**CAPÍTULO 16.....221**

**UN NUEVO DERECHO SOCIAL: EL ACCESO A LOS SERVICIOS SOCIALES COMO INSTRUMENTO DE GARANTÍA DE PROTECCIÓN DE LA CIUDADANÍA**

*Maria Victòria Forns i Fernández*

**DOI 10.22533/at.ed.83220271016**

**CAPÍTULO 17.....234**

**FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA E DIREITO À MORADIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DIREITO DE SUPERFÍCIE E DO DIREITO DE LAJE**

*Luís Henrique da Silva Hennika*

*Janaína Rigo Santin*

**DOI 10.22533/at.ed.83220271017**

**CAPÍTULO 18.....252**

**A POSIÇÃO JURÍDICO-POLÍTICA DO PODER JUDICIÁRIO SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A VIOLENTA ORDEM DE DESPEJO DO CENTRO DE FORMAÇÃO PAULO FREIRE EM NORMANDIA EM CARUARU-PE**

*Aphonsus Aureliano Sales da Cunha*

*Elba Ravane Alves Amorim*

**DOI 10.22533/at.ed.83220271018**

**CAPÍTULO 19.....271**

**CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A CENTRALIDADE DO NOVO TRABALHO: IMPLICAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O SUBPROLETARIADO URBANO**

*Ana Maria Paim Camardelo*

*Lucas Garcia Battisti*

**DOI 10.22533/at.ed.83220271019**

**SOBRE O ORGANIZADOR.....285**

**ÍNDICE REMISSIVO.....286**

## UN NUEVO DERECHO SOCIAL: EL ACCESO A LOS SERVICIOS SOCIALES COMO INSTRUMENTO DE GARANTÍA DE PROTECCIÓN DE LA CIUDADANÍA

*Data de aceite: 01/10/2020*

**Maria Victòria Fornis i Fernández**

Universitat Rovira i Virgili  
ORCID 0000-0003-3938-8172

Objetivo 1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. Objetivo 2. Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. Objetivo 3. Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Objetivo 4. Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Objetivo 5. Alcançar a igualdade de género e empoeirar todas as mulheres e raparigas. ...

17      Objetivos      de  
Desenvolvimento Sustentável,  
2015

**RESUMEN:** El acceso a los servicios sociales se configura, como verdadero derecho universal fundamentado en las disposiciones internacionales, europeas, constitucionales y estatutarias. En este marco jurídico fundamental, la legislación específica en materia de servicios sociales de carácter general; así como la que se refiere a los diferentes ámbitos sectoriales de la acción pública social ha permitido tejer el entramado de servicios y prestaciones que, a modo de red, salvaguarda las necesidades de las personas más vulnerables y que se ha consolidado poco a poco de forma irreversible. De tal manera, que hemos asistido a una profunda transformación del sistema público de protección social, en el contexto de un Estado del Bienestar que hemos visto erosionado por efecto de las diversas crisis que Europa y el mundo global han sufrido de manera constante a lo largo de la historia reciente.

**PALABRAS CLAVE:** Derechos humanos. Derechos sociales. Servicios sociales. Estado del Bienestar. Ordenamiento jurídico.

**UM NOVO DIREITO SOCIAL: O ACESSO AOS SERVIÇOS SOCIAIS COMO INSTRUMENTO PARA GARANTIR A PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS**

## A NEW SOCIAL RIGHT: ACCESS TO SOCIAL SERVICES AS AN INSTRUMENT TO GUARANTEE THE PROTECTION OF CITIZENS

**ABSTRACT:** Access to social services is a truly universal right based on international, European, constitutional and statutory provisions. Within this fundamental legal framework, the specific legislation on general social services and on the various sectoral areas of public social action has made it possible to create a network of services and benefits that safeguards the needs of the most vulnerable people and which has gradually become irreversibly. Thus, we have witnessed a deep transformation of the public social protection system, in the context of a Welfare State that we have seen eroded by the effect of the various crises that Europe and the global world have constantly suffered throughout recent history.

**KEYWORDS:** Human Rights. Social Rights. Social Services. Welfare State. Juridical Legislation.

### 1 | INTRODUCCIÓN<sup>1</sup>

El marco jurídico de referencia de los servicios sociales en España son los derechos humanos y, en particular, los derechos sociales. Los derechos fundamentales sociales nacen para garantizar a la persona un nivel de bienestar digno y suficiente; manteniendo el necesario equilibrio entre prestación y protección para dar una respuesta adecuada a las necesidades del individuo en una sociedad globalizada y, a menudo, sobrepasada por la vorágine de los cambios políticos, organizativos, tecnológicos, sociales y, sobretodo, económicos. Atendiendo al carácter de servicio público que los poderes públicos deben asegurar como titulares<sup>2</sup>, se puede afirmar que el derecho de acceso a los servicios sociales se ha convertido en un nuevo derecho social exigible por los ciudadanos, en justo cumplimiento de lo establecido por el ordenamiento internacional.

### 2 | EL RECONOCIMIENTO INTERNACIONAL Y EUROPEO DE LOS DERECHOS SOCIALES

Los derechos sociales son el punto de partida y el fundamento de la legislación de los servicios sociales y de sus actuaciones en relación a las personas (Forns, 2018). Se hace así necesario realizar una aproximación de la normativa a escala internacional. Con

1. *Vid in totum*, Forns i Fernández, María Victòria (2019), “La construcción del derecho social de acceso a los servicios sociales”, en *Annais do I Congresso Global de Direitos Humanos. Novas políticas de cidadania e de desenvolvimento sustentável*, Camara Municipal de Lamego, Lamego, pp. 344-355; Forns i Fernández, María Victòria (2020), “La pervivencia de un modelo jurídico propio de servicios sociales en el Estado español: el sistema integrado de prestaciones de Cataluña”, *Cuadernos de derecho local (QDL)*, núm. 52, febrero, pp. 104-139.

2. En relación a las formas de prestación de los servicios sociales, *vid in totum*. Fuentes i Gasó, Josep Ramon (2020), “El règim jurídic de la provisió de serveis d’atenció a les persones a Catalunya: el concert social després de les directives europees contractació pública”, en Forns i Fernández, María Victòria (ed.), *La protecció jurídica de la atenció a les persones en matèria de serveis socials. Una perspectiva interdisciplinària*, Atelier, Barcelona, pp. 177-203. En concreto, en el Estado español, “el anterior contrato de gestión de servicios públicos y cada uno de sus subtipos –concesión, gestión interesada, sociedad de economía mixta y concierto– estaban vinculados al concepto de servicio público. Pero el nuevo contrato de concesión de servicios ya no solo abarca la gestión de servicios públicos, sino también la de otros servicios que no tengan dicho carácter” (Fuentes, 2019, p. 24).

este propósito analizaremos la *Declaración Universal de los Derechos Humanos* de 10 de diciembre de 1948 (DUDH), aprobada por la Asamblea General de las Naciones Unidas y que España no ratificó hasta dos años después de la muerte del dictador Franco, en 1977.

La DUDH en el artículo 25 afirma que “toda persona tiene derecho a un nivel de vida adecuado que le asegure, así como a su familia, su salud y el bienestar, y en especial la alimentación, el vestido, la vivienda, la asistencia médica y los servicios sociales necesarios; tiene asimismo derecho a los seguros en caso de desempleo, enfermedad, invalidez, viudez, vejez y otros casos de pérdida de sus medios de subsistencia por circunstancias independientes a su voluntad”. En 1948 ya se hablaba de los servicios sociales como un derecho para todas las personas. Hay quizá que matizar que al concepto servicios sociales no le podemos atribuir la misma acepción que le damos en la actualidad, tal y como afirma Fantova (2008, p. 20), “ésta hace mención expresa de los Servicios sociales (artículo 25) aunque, ciertamente, no cabe pensar que se refiera a ellos en el sentido preciso que tal expresión ha ido adquiriendo en nuestro entorno” aunque la propia DUDH utiliza el concepto “servicios sociales” no les podemos atribuir la misma acepción que le damos en la actualidad. No se refiere sólo al derecho a los servicios sociales *strictu sensu*, si hacemos un repaso de los artículos subsiguientes considera como derechos sociales también a los que se refieren a la atención a la salud, la educación gratuita, el acceso a la vivienda, entre otros. Así pues, resulta muy importante la incorporación de los servicios sociales a la DUDH, aunque no los desarrolla.

Por lo que respecta a Europa, la *Carta Social Europea* de 1961 (CSE) es más explícita en la definición de los servicios sociales como derecho y los relaciona con el trabajo social y determina los objetivos de bienestar y de desarrollo personal y social, que los textos internacionales. La firma de este texto en el marco del Consejo de Europa supuso el compromiso de dedicar los esfuerzos necesarios para conseguir mejorar la calidad de vida y la promoción del bienestar social de todos los pueblos tanto de realidad urbana como rural, buscando así un equilibrio territorial a través de instituciones y acciones adecuadas. Es el tratado internacional más importante en materia de derechos sociales. Según Jimena y Salcedo (2016, p. 278), “constituye el instrumento más emblemático del Derecho social de los derechos humanos”.

La CSE quiere garantizar el ejercicio de los derechos sociales sin discriminación por razón de raza, color, sexo, religión, opinión política, nacionalidad u origen social. Define diferentes derechos sociales, entre los cuales incorpora en el artículo 13, “toda persona que carezca de recursos suficientes tiene derecho a la asistencia social y médica”. Y, el artículo 14, se refiere a “toda persona tiene derecho a beneficiarse de los servicios de bienestar social”. El derecho a beneficiarse de los servicios sociales se garantiza en este mismo artículo dónde se explicita que las partes contratantes, refiriéndose a los firmantes de la Carta, se comprometen a “fomentar u organizar servicios que, utilizando los métodos de un servicio social, contribuyan al bienestar y al desarrollo de los individuos y de los



grupos en la comunidad, así como a su adaptación al medio o entorno social” y a “estimular la participación de los individuos y de las organizaciones benéficas o de otra clase en la creación y mantenimiento de tales servicios.”

La *Carta de Derechos Fundamentales* de 2007 (CDF), en el marco de la Unión Europea (UE), comprende un conjunto de derechos sociales en forma de: derechos civiles, políticos y sociales de todas las ciudadanas y ciudadanos. El Tratado de Lisboa firmado el 13 de diciembre de 2007 le otorga carácter jurídico vinculante en toda la UE, exceptuando Polonia y el Reino Unido. Con anterioridad y de forma sectorial se adoptó la *Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad* de 2006, que en el artículo 26 hace referencia a la necesidad de organizar y ofrecer servicios sociales para las personas con discapacidad. La CDF se refiere a los principios de dignidad, la igualdad, la solidaridad, la ciudadanía, la justicia, la libertad, que inspiran el articulado de los diferentes títulos del documento. El artículo 34.1 sobre la “*seguridad social y ayuda social*” en el que se establece que “la Unión reconoce y respeta el derecho de acceso a las prestaciones de seguridad social y a los servicios sociales que garantizan una protección en casos como la maternidad, la enfermedad, los accidentes laborales, la dependencia o la vejez, así como en caso de pérdida de empleo, según las modalidades establecidas por el Derecho comunitario y las legislaciones y prácticas nacionales”. Así pues, se hace referencia explícitamente a los servicios sociales como los garantes de la protección de diferentes colectivos que requieren según el texto una especial atención, aunque muy vinculados al ámbito laboral. Ahora bien, en el artículo 34.3, según López (2008, p. 578), “supera estos derechos sociales vinculados al ámbito laboral, porque en su tercer apartado contempla derechos orientados a evitar la exclusión social y la pobreza. De esta manera, este precepto inicia el conjunto de derechos universales que la CDF incluye”.

Los derechos recogidos en estos textos europeos se consolidan, con la proclamación del *Pilar Europeo de Derechos Sociales*, de forma conjunta por el Parlamento Europeo, el Consejo y la Comisión de 2017, que en opinión de Casado (2019, pp. 375-376) “constituye una respuesta necesaria de la UE para reenganchar a millones de ciudadanos al proyecto europeo, tras los graves efectos de la crisis económica y de la política europea de austeridad en términos de desempleo, pobreza y desigualdad (...). En los años de crisis se han producido un recorte y una flexibilización importante de los derechos sociales. Es necesario, en un contexto económico más favorable, reaccionar frente a la magnitud de los recortes que se han producido y la profundidad de algunos de los cambios llevados a cabo, con resultados preocupantes en términos de precariedad laboral o desigualdad. La población empieza a tomar conciencia del impacto de la crisis sobre los derechos sociales y desde la UE se considera imprescindible dar una respuesta política”. Aunque afirma Giardini (2018, p. 93) que “la construcción de la dimensión social de la UE a tiene todavía muchos retos pendientes y muchas necesidades a las que responder. Es necesario un claro compromiso de la política comunitaria (y, por tanto, de los gobiernos europeos) con respecto a la solidaridad social en Europa”.

### 3 I EL RÉGIMEN JURÍDICO DE LOS SERVICIOS SOCIALES EN EL CONTEXTO DEL ESTADO DEL BIENESTAR

El nacimiento de la democracia formal en el Estado español supone el catalizador para la creación de los servicios sociales, tal y como los entendemos actualmente (Forns, 2018, p. 34). La promulgación de la Constitución española de 1978 (CE) configura el actual Estado de las autonomías, que supone el principio del desarrollo de los servicios sociales en Catalunya y en el conjunto de Comunidades Autónomas (CCAA).

La CE supone un cambio de modelo estatal, hacia el Estado de derecho, democrático y social que en el ámbito territorial conllevará el establecimiento del Estado autonómico, que supondrá la asunción de responsabilidades colectivas para hacer frente a las necesidades de los ciudadanos. Clasifica en tres grupos los derechos de los españoles: los derechos fundamentales y libertades públicas; los derechos y deberes de los ciudadanos y finalmente los principios rectores de la política social y económica. Mientras los dos primeros, como indica vinculan a todos los poderes públicos y son inmediata y directamente exigibles, en el caso del tercer grupo según Vila (2009, p. 24) “la aplicación de estos derechos sociales queda diferida, pues, a lo que determinen las leyes que los desarrollen. La aprobación de estas leyes corresponde al poder legislativo estatal o autonómico competente, de acuerdo con los criterios de reparto competencial establecidos en los artículos 147 a 150 de la CE y los correspondientes Estatutos de Autonomía”. Deja, por lo tanto, en manos de las CCAA la competencia exclusiva en materia de servicios sociales.

La CE en el capítulo correspondiente a los derechos y deberes fundamentales hace referencia expresa a la dignidad de la persona y a la necesidad de facilitar el desarrollo de los ciudadanos y se ratifica en los derechos fundamentales y las libertades de todos los tratados internacionales y la normativa europea, que el Estado español haya firmado.

El artículo 14 CE establece que “los españoles son iguales ante la ley, sin que pueda prevalecer discriminación alguna por razón de nacimiento, raza, sexo, religión, opinión o cualquier otra condición o circunstancia personal o social”. Así mismo, el capítulo III, “De los principios rectores de la política social y económica”, se refiere a colectivos específicos a los que presta especial atención por su protección: la familia y la infancia (artículo 39), la juventud (artículo 48), las personas discapacitadas (artículo 49) y las personas ancianas (artículo 50). Aunque el objeto de los servicios sociales en la actualidad va mucho más allá de la atención a estos colectivos, ampliando a la ciudadanía en su totalidad a través del acceso universal y de la atención integral a la persona.

La CE, a través del artículo 148.1.20, establece que las CCAA podrán asumir competencias en materia de asistencia social. Por lo tanto, destaca la responsabilidad de las CCAA en la asunción de los servicios sociales y su carácter social, así como el principio de descentralización del poder, aproximando los servicios al ciudadano. En este sentido, el Estado autonómico se convierte en el Estado social y de desarrollo de los servicios

sociales, tal y como afirma Aguado (2012, p. 47) “ha sido en gran medida el motor de la construcción del Estado del Bienestar y el desarrollo de los derechos sociales en España. Es preciso recordar el papel relevante que han tenido al respecto las CCAA, en ámbitos como los Servicios sociales, la educación y la sanidad, en los que ha asumido competencias de acuerdo con lo dispuesto por el bloque de la constitucionalidad”.

Cabe reconocer que la aprobación de la CE supondrá un antes y un después de la construcción del Estado del Bienestar y en la superación de la beneficencia y el desarrollo de los derechos sociales, que ya se halaban recogidos en la normativa internacional.

La CE, reconoce el derecho a la autonomía en el artículo 2 y por ello a través de la *Ley orgánica 6/2006, de 19 de julio de reforma del Estatuto de Autonomía de Catalunya* (EC) se pretende adaptar el autogobierno catalán al contexto del siglo XXI y responder a las realidades y necesidades sociales respecto del Estatuto anterior de 1979. El nuevo EC, como norma institucional básica de las CCAA tiene un impacto en todos los ámbitos, también en los servicios sociales. Respecto a las novedades que aportan los estatutos de autonomía reformados, entre el que se encuentra el EC, asegura Vila (2011, p. 167) “*en el cas dels serveis socials, veurem que es refereixen [els estatuts reformats com el català] al concepte i al dret d'accés i també enfatitzen la competència exclusiva autonòmica sobre aquesta matèria [els serveis socials] i concreten el seu abast. D'altra banda, regulen altres aspectes, com l'ordenament territorial o les competències locals, que s'han de tenir en compte a la legislació de serveis socials*”. El EC desarrolla con mucha más concreción el articulado que se refiere a los titulares de derechos atribuyendo condición de ciudadanos a cualquier español con vecindad administrativa en cualquiera de los municipios de la CCAA, y en particular sobre esta cuestión el citado autor indica que el EC “*assenyala com a titulars dels drets en general – inclosos els serveis socials- les “persones”* (Vila, 2011, p. 168). Y, ciertamente, el EC resulta muy proteccionista en relación a los derechos y a aquellos que pueden ser sus titulares.

En esta línea, Pelegrí, defiende también que el EC coincide con una etapa garantista de la historia de los servicios sociales en Catalunya, tal y como el mismo la define en el período que va del 2004 al 2007, en la cual se aprueba el segundo Estatuto y la Ley de prestaciones sociales de carácter económico o el desarrollo de la *Ley 10/1997 de la renta mínima de inserción*, entre otras normas que impactan de manera significativa en el sistema catalán de servicios sociales. Así, considera que el nuevo EC “*reconeix els serveis socials amb molta més profunditat que l'anterior. (...) El terme “serveis socials” substitueix l'antic d'assistència social i se li s'assenyalen les atribucions d'una forma més valenta i moderna*” (Pelegrí, 2010, p. 211)

El Estado del bienestar en profunda revisión y en lucha constante contra el capitalismo neoliberal para subsistir, lo que requiere para López (2007, p. 269) “afrontar las causas estructurales de la desigualdad, y para ello es necesario actuar colectivamente. No basta una estrategia basada en la habilidad y racionalidad del sujeto individualmente considerado. Las

nuevas y viejas formas de desigualdad y de exclusión social operan en un entorno caracterizado por la expansión de las nuevas tecnologías y la reestructuración del sistema de producción capitalista”<sup>3</sup>. A pesar de ello, “la acción social se erige de forma inequívoca como el cuarto pilar del Estado del bienestar” (López, 2014, p. 22).

La crisis económica en un mundo globalizado<sup>4</sup> ha provocado que la protección de los derechos sociales también entrara en crisis. Las limitaciones presupuestarias y las políticas de austeridad impuestas por la UE en los últimos años han obligado a algunos Estados, condicionados por una importante deuda pública, a tomar medidas para reducir el gasto público (Casado, 2019, p. 379) y “reducir drásticamente el nivel de protección de muchos derechos sociales”, lo que “ha conllevado un general redimensionamiento del Estado del bienestar europeo” (Gardini, 2018, p. 94). Un modelo de bienestar que, en nuestro país “incluye las intervenciones del Estado (tanto a nivel central como a los niveles autonómico y local) dirigidas a mejorar el bienestar social y la calidad de vida de la población” según Navarro (2004, p. 15). A pesar de ello, para Fantova (2019, p. 432), en todo caso, “no es equivalente el grado de desarrollo del sector económico de los servicios sociales o, en su seno, el del sistema público de servicios sociales, con el que tienen otros de los considerados académica o legislativamente como fundamentales para el bienestar, como, por ejemplo, los sectores económicos de los servicios de salud o educación o sus correspondientes sistemas públicos”.

En este complejo marco político, económico y social del inicio del siglo XXI en el que la democracia del Estado social intenta mantenerse a flote (Navarro, 2004, p. 15), el sistema organizativo y competencial de servicios sociales de Cataluña ha mantenido su propia idiosincrasia a través de la vigente *Ley 12/2007, de 11 de octubre, de servicios sociales* (LSS), en un escenario de postcrisis económica y social, de nuevo en una incipiente recesión; pero aún inmerso en una profunda crisis política e institucional tras la reforma del régimen local español de 2013.

En éste modelo, los entes locales suponen el primer nivel del sistema público de servicios sociales y constituyen los máximos garantes de la consecución de los principios

---

3. Éste autor continúa afirmando que “las aspiraciones a una democracia mejor que articule las diversas dimensiones de la vida social chocan con las tendencias exclusógenas que caracterizan al nuevo capitalismo informacional: genera riqueza, pero también genera nuevas jerarquizaciones, nuevas formas de desigualdad, y refuerza en parte las viejas formas de desigualdad y de pobreza preexistentes” (López, 2007, p. 253).

4. “La globalización pone de relieve la vigencia de fortísimas desigualdades a nivel global, que también demandan acciones colectivas comunitarias para hacerles frente, tanto presentando experiencias de acción colectiva comunitaria exitosas en otros lugares, como favoreciendo el uso de las nuevas tecnologías para crear comunidades que persiguen objetivos definidos” (López, 2007, pp. 269-270).

de proximidad<sup>5</sup>, descentralización<sup>6</sup> y universalidad<sup>7</sup> en la atención a la persona, que constituirán las claves de bóveda del sistema de servicios sociales del Estado español.

El sistema de servicios sociales es el más descentralizado de todos los que configuran los pilares del Estado del bienestar, en el que han tenido un rol determinante los entes locales “pese a las dificultades económico-financieras y a las derivadas de la atomizada estructura de la planta municipal, lo cierto es que el ejercicio de esa actividad y su papel como agentes de bienestar ha contribuido notablemente a la consecución de las finalidades del Estado social, caracterización que, junto con las de democrático y de Derecho, definen la forma en que se halla constituida España de acuerdo con la Constitución de 1978 (art. 1.1)” (Martínez-Alonso, 2016, pp. 202-203). En este marco, para Blanco, Gomà y Subirats (2018, p. 24), “el nuevo municipalismo se convierte en el espacio básico de reconstrucción de derechos sociales, desde una exigencia de innovación, más allá de los parámetros clásicos del estado de bienestar”.

En los últimos años el mantenimiento de la calidad y del nivel óptimo de los servicios y prestaciones sociales ante el incremento de la demanda se han visto comprometidos. Años en los cuales la crisis ha tenido un impacto no sólo por el incremento de las demandas y el crecimiento de la pobreza; sino por la intensificación del desequilibrio del binomio necesidades/recursos. En este panorama, la acción social, a través de la actuación de los servicios sociales ha intentado “no sólo paliar las necesidades más urgentes de los ciudadanos, sino prevenir y tratar los mismos con la intención de corregir los posibles desequilibrios o desigualdades sociales que los puedan provocar en un futuro” (López, 2014, p. 60). La atención integral y desarrollo de la persona<sup>8</sup> va más allá por lo tanto de la pura asistencia, buscando la autodeterminación del individuo como estrategia clara de conseguir el bienestar social y familiar de la atención centrada en la persona en la que se

5. Según Mellado (2010, pp. 6-7), esa cercanía proporcionada por los ayuntamientos es insustituible por las demás administraciones, puesto que cada localidad tiene sus matices diferenciados y el contacto con los ciudadanos de cada núcleo es diferente, además los programas políticos de estas unidades básicas administrativas no deberían ser obviados con un mero salto en la jerarquía competencial.

6. Para Desdentado (2009, p. 113), “hay que tener en cuenta que la descentralización de competencias tiene sentido en aquellas materias que sean de interés primordialmente local, como ocurre con los servicios sociales. En este ámbito, la descentralización competencial tiene para el ayuntamiento la ventaja de que una asignación formal, expresa, de competencias sobre la materia en las que ya viene desarrollando su actividad implicaría la obtención de una vía adicional de financiación”.

7. Vilà (2009, p. 31) pone de manifiesto que “persiste la confusión en torno al principio de universalidad y la necesidad de concretar medidas operativas que garanticen el derecho constitucional de igualdad”. En este sentido, la Ley 12/2008, de 5 de diciembre de Servicios sociales del País Vasco, art. 14, destaca el “carácter universal” de las prestaciones para aquellos ciudadanos que cumpliendo con los requisitos establecidos puedan tener derecho. Ahora bien, para Anaut (2019, p. 132), “el marco normativo ha entendido el principio de universalidad sin terminar de reconocer los derechos subjetivos, prácticamente hasta la aprobación de la LAPAD en 2006”. Aunque en opinión de López (2006, P. 17), “en todos los modelos de Estado del Bienestar puede observarse cómo la íntima conexión entre democracia y universalidad de los derechos legitima el papel de las instituciones públicas e impulsa una reclamación de servicios por parte de colectivos que se encuentran excluidos del Sistema de Bienestar”.

8. En opinión de Rodríguez (2013, p. 74), “la atención integral centrada en la persona es la que promueve las condiciones necesarias para la consecución de mejoras en todos los ámbitos de la calidad de vida y bienestar de la persona, partiendo de respeto pleno a su dignidad y derechos, de sus intereses y preferencias y contando con su participación efectiva”.

basa de atención social.

El modelo catalán de servicios sociales tiene por objetivo atender a las necesidades que genera la realidad social dinámica y diversa del territorio priorizando los colectivos más vulnerables. La respuesta tiene que incorporar el criterio de eficiencia y pretende mejorar la calidad vida de las ciudadanas y los ciudadanos y conseguir mayores cuotas de bienestar. Un modelo en el que a la vez que persigue ser un modelo de cohesión social y territorial, abre el debate sobre nuevos derechos subjetivos y sobre la necesidad de redefinir los servicios sociales y sus funciones.

Sin duda, en el momento actual los derechos sociales y los servicios que los atienden desempeñan cada vez más un rol trascendente. Cociolo (2015, p. 14-15) pone de manifiesto que “mientras que los derechos fundamentales del constitucionalismo estatal surgieron para proteger al individuo del poder político, los ‘derechos fundamentales sociales’, en la era de la globalización policéntrica, deben proteger la sociedad de los excesos de la economía, de la ciencia, de la tecnología, de la religión, etc.”

## **4 I LA CONSTRUCCIÓN DEL DERECHO DE ACCESO A LOS SERVICIOS SOCIALES**

En relación a los derechos, deberes y principios relacionados con los servicios sociales y sus garantías, una de las grandes novedades del Estatuto de 2006 es la inclusión de los derechos y deberes de las personas residentes o que se encuentren en el territorio de Catalunya.

El EC establece el catálogo de derechos y deberes garantizados a todos los ciudadanos y ciudadanas de Catalunya, que los poderes públicos han de promover y preservar. Así, en el artículo 15.2 EC se establece que “todas las personas tienen derecho a vivir con dignidad, seguridad y autonomía, libres de explotación, de malos tratos y de todo tipo de discriminación, y tienen derecho al libre desarrollo de su personalidad y capacidad personal”. El capítulo I de Derechos y deberes del ámbito civil y social relaciona todos los ámbitos en los que los derechos de las personas están protegidos por el EC, artículos 16 a 19 y 26: familias, menores, ancianos, mujeres, servicios sociales y vivienda; todos estos se refieren específicamente al que llamamos en la actualidad “servicios de atención a las personas”, dentro de los cuales los servicios sociales tienen un interés particular.

Entre los derechos, el EC menciona explícitamente el “Derecho a los servicios sociales” y establece que se podrá acceder en condiciones de igualdad. Cabe destacar que algunos de los principios del EC están relacionados con los servicios sociales. Por ejemplo, cuando se refiere explícitamente a la promoción de políticas públicas que fomentan la cohesión social y que garantizan un sistema de servicios sociales de titularidad pública y concertada, adecuada a sus indicadores económicos y sociales, así mismo considera que se debe garantizar la gratuidad de los servicios sociales básicos.

En el artículo 24.1 EC, dónde se destaca el acceso a prestaciones y que para cualquier actuación requiere el consentimiento de las personas, haciendo que sean sujetos activos de las intervenciones sociales. El apartado 2 del mismo artículo considera las personas con necesidades especiales sujetos de derechos dentro de los servicios sociales. Las víctimas de pobreza se reconocen como beneficiarias de la renta garantizada de ciudadanía, en el apartado 3 del artículo 24 EC. En los apartados segundo y tercero del artículo 24 EC, dice Tornos (2008, p. 96), “reconocen un derecho genérico a recibir prestaciones sociales a las personas con necesidades especiales para mantener la autonomía personal en la vida diaria o a las que estén en situación de pobreza. Pero tampoco determinan qué prestaciones concretas, remitiendo su concreción a lo que establezca la ley”. Por lo tanto, aunque se reconocen derechos, y como expresa este autor, “derechos genéricos”, no podemos decir que en el EC se haga referencia al derecho subjetivo a prestaciones sociales concretas, en todo caso el EC impone un mandato al legislador de cómo articular las prestaciones, en base al principio de igualdad recogido en el artículo 24.1 EC, que establece que “todas las personas tienen derecho a acceder en condiciones de igualdad a las prestaciones de la red de servicios sociales de responsabilidad pública, a ser informadas sobre estas prestaciones y a dar el consentimiento para cualquier actuación que les afecte personalmente, en los términos que establecen las leyes.”

Así pues, concluye Tornos (2008, p. 97) “el Estatuto de Autonomía no crea derechos públicos subjetivos en materia de servicios sociales (...). Lo que sí queda garantizado es que debe existir un sistema público de servicios sociales, cuya gestión podrá ser concertada. Lo que no es posible es renunciar a la responsabilidad pública en la garantía de unas mínimas prestaciones”. En su contra López, defiende la tesis contraria, posición con la que plenamente nos identificamos. No solo considera que en los nuevos estatutos del Estado español reflejan los derechos sociales de manera clara y evidente, sino que apunta que, en estos nuevos estatutos, entre los cuales está el de Catalunya, se determinan un sinnúmero de derechos subjetivos, pues “regulan con especial precisión dos garantías fundamentales: la exigibilidad de los derechos subjetivos estatutarios frente a los poderes públicos y su justiciabilidad ante los tribunales en caso de incumplimiento” (López, 2012, p. 33).

## 5 | CONCLUSIONES

Los derechos sociales históricamente se han vinculado a la protección del ser humano ante cualquier tipo de discriminación, desigualdad o necesidad social. Siempre han tenido y siguen teniendo un marcado carácter reivindicativo y sus objetivos se centran en mejorar la calidad de vida de las personas y su bienestar en todos los ámbitos. Muchos son los derechos sociales recogidos en la normativa internacional i europea y hemos podido comprobar como esta tiene su traducción en el marco constitucional español y en el estatutario catalán.

Nos hemos centrado en el acceso a los servicios sociales configurándolo, como verdadero derecho universal fundamentado en las disposiciones constitucionales y estatutarias. En este marco jurídico fundamental, la legislación específica en materia de servicios sociales de carácter general; así como la que se refiere a los diferentes ámbitos sectoriales de la acción pública social ha permitido tejer el entramado de servicios y prestaciones que, a modo de red, salvaguarda las necesidades de las personas más vulnerables y que se ha consolidado poco a poco de forma irreversible, a través de la evolución normativa. Hemos asistido a una profunda transformación del sistema público de protección social que se nutre de una diversidad de operadores, públicos y privados; pero sobretudo del Tercer Sector.

Este nuevo modelo relacional ha situado en el centro del sistema de servicios sociales a la persona legitimada para exigir el efectivo cumplimiento del derecho de acceso.

Para Forns (2020, p. 118) “en este contexto de crisis y de incremento exponencial de las necesidades y de respuesta insuficiente del sistema, se ha producido un cambio en la forma de relacionarse los ciudadanos con el sistema de protección social y en especial con los servicios sociales; el empoderamiento de las personas como sujetos de derechos, de derechos subjetivos y por tanto exigibles y justiciables. Queda claro que el modelo es perfectible y que debemos abordar la segunda década del siglo XXI adaptando las políticas sociales a las nuevas necesidades y a las nuevas realidades”.

## REFERÈNCIAS

Aguado i Cudolà, Vicenç. (2012), “El régimen jurídico de las prestaciones de los Servicios sociales”, en Ezquerro, A. (coord.), *El marco jurídico de los Servicios sociales en España*, Atelier, Barcelona.

Anaut Bravo, Sagrario (coord.) (2019), *El sistema de servicios sociales en España*, Aranzadi- Thomson-Reuters, Cizur Menor (Navarra).

Blanco Fillola, Ismael, Gomà Casanova, Ricard, Subirats i Humet, Joan (2018), “El nuevo municipalismo: derecho a la ciudad y comunes urbanos”, *Gestión y Análisis de Políticas Públicas (GAPP)*, núm. 20, noviembre, pp. 14-28.

Casado Casado, Lucía (2019), “El nuevo Pilar Europeo de Derechos Sociales: ¿hacia un fortalecimiento real de la dimensión social de la Unión Europea?”, *Revista de Investigações Constitucionais*, vol. 6, núm. 2, pp. 375-404. ISSN: 2359-5639- DOI: 10.5380/rinc.v6i2.61813.

Cocciolo, Endrius Eliseo (2015), “La Unión de la Energía y la gobernanza del sistema tierra en el antropoceno: una cuestión constitucional”, *Revista Catalana de Derecho Ambiental (REDA)*, vol. VI, núm. 1, pp. 1-44.

Desdentado Daroca, Eva (2009), “Estudio sectorial sobre la descentralización de competencias en servicios sociales”, en Galán Galán, Alfredo y Prieto Romero, Cayetano (dirs.), *La descentralización de competencias autonómicas en la ciudad de Madrid*, Barcelona, Huygens, pp. 89-118.



Fantova Azcoaga, Fernando (2019), “Los agentes en la transformación de los servicios sociales”, *Cuadernos de Trabajo Social*, vol. 32, núm. 2, pp. 431-444.

Fantova, Azcoaga, Fernando (2008), “Sistemas públicos de Servicios sociales. Nuevos derechos, nuevas respuestas”, *Cuadernos Deusto de Derechos Humanos*, núm. 49.

Forns i Fernández, Maria Victòria (2018), “El sistema organizativo y competencial de los servicios sociales locales de la postcrisis. El caso de Catalunya”, *Revista de Dereito Administrativo & Constitucionall*, núm. 74, pp. 25-66.

Forns i Fernández, Maria Victòria (2019), “La construcción del derecho social de acceso a los servicios sociales”, en *Annais do I Congresso Global de Direitos Humanos. Novas políticas de cidadania e de desenvolvimento sustentável*, Camara Municipal de Lamego, Lamego, pp. 344-355.

Forns i Fernández, Maria Victòria (2020), “La pervivencia de un modelo jurídico propio de servicios sociales en el Estado español: el sistema integrado de prestaciones de Cataluña”, *Cuadernos de derecho local (QDL)*, núm. 52, febrero, pp. 104-139.

Forns i Fernández, Maria Victòria (2020), “Estado del Bienestar y Servicios Sociales: ¿un binomio en crisis?”, en Forns i Fernández, Maria Victòria (ed.) *La protección jurídica de la atención a las personas en materia de servicios sociales. Una perspectiva interdisciplinar*, Atelier, Barcelona, pp. 91-124.

Fuentes i Gasó, Josep Ramon (2019), “La pervivencia de la gestión indirecta de los servicios públicos locales tras la nueva Ley de Contratos del Sector Público: las sociedades de economía mixta”, *Cuadernos de Derecho Local (QDL)*, junio, núm. 50, pp. 14-51.

Fuentes i Gasó, Josep Ramon (2020), “El règim jurídic de la provisió de serveis d’atenció a les persones a Catalunya: el concert social després de les directives europees contractació pública”, en Forns i Fernández, Maria Victòria (ed.), *La protección jurídica de la atención a las personas en materia de servicios sociales. Una perspectiva interdisciplinar*, Atelier, Barcelona, pp. 177-203.

Gardini, Gianluca (2018), “Crisis económica y protección de los derechos sociales en Europa. Reflexionas desde lo ordenamiento italiano”, *Revista de Estudios de la Administración Local y Autonómica (REALA)*, núm. 9, pp. 84-98.

Heras Trías, Pilar (2008), “Reforçar l’estat del benestar per aconseguir una societat més justa i cohesionada”, *Activitat Parlamentària*, núm. 14, enero, pp. 35-47.

Jimena Quesada, Luis., Salcedo Bertrán, Mari Carmen (2016), “Desafíos para la protección de los derechos sociales en Europa: la Carta Social Europea”, *Revista de administración Pública*, núm. 97, pp. 275-308.

López Fernández, Francisco Javier (2014), *Acción social en España*, Asociación Científica y Cultural Iberoamericana (ACCI), Madrid.

López Peláez, Antonio (2006), “Democracia, discapacidad y dependencia: ¿qué papel juega la noción de ciudadanía en las declaraciones y recomendaciones internacionales?”, *Revista del Ministerio de Trabajo e Inmigración*, núm. 65, pp. 13-24.

López Peláez, Antonio (2007), “Ciudadanía, igualdad y servicios sociales: los límites del discurso neoliberal”, *Revista del Ministerio de Trabajo e Inmigración*, núm. 3 extraordinario dedicado a: Igualdad de oportunidades para todos, pp. 251-272.

López Menudo, Francisco (2012), “La situación de los servicios sociales en el actual escenario de crisis económica”, en Ezquerro, A. (coord.), *El marco jurídico de los servicios sociales en España*, Barcelona, pp. 29-121.

López Escudero, Manuel (2008) “Artículo 34. Seguridad social y ayuda social”, en Mangas Martín, Araceli (dir.), *Carta de los Derechos Fundamentales. Comentario artículo por artículo*, Bilbao, pp. 577-593.

Martínez-Alonso Camps, José Luís (2016), “La Ley de racionalización y sostenibilidad de la Administración Local y su incidencia en los Sistemas Locales de Bienestar”, *Ciudad y Territorio. Estudios Territoriales*, vol. XLVIII, 4ª. época, núm. 188, verano, pp. 201-212.

Mellado Ruíz, Lorenzo (2010), “Notas críticas sobre el anteproyecto de ley para la racionalización y sostenibilidad de la administración local: entre la reforma y la intervención”, *Revista CEMCI*, núm. 17, octubre – diciembre, pp. 1-36.

Navarro López, Vicenç (2004), “Ideología y política en España”, *Cuadernos Republicanos*, núm. 55, pp. 107-111.

Rodríguez Rodríguez, Pilar (2013), *La atención integral y centrada en la persona*, Colección Papeles de la Fundación, núm. 1, Fundación Pilares para la Atención Personal, Madrid.

Sáenz Royo, Eva. (2009), “Derechos de protección social y Estado autonómico: los márgenes constitucionales de actuación del Estado y de las CCAA”, en Embid Irujo, Antonio. (ed.), *Derechos económicos y sociales*, Ed. Iustel, Madrid, pp. 25-66.

Tornos Mas, Joaquín (2008), “La configuración de las prestaciones sociales como derechos subjetivos”, en Aguado i Cudolà, Vicenç. (coord.), *El sistema de serveis socials de Catalunya. Garantir drets, prestar serveis*, Barcelona, pp. 95-125.

Vilà i Mancebo, Antoni (2009), *Informe: tendencias de la nueva legislación de servicios sociales*, European Anti Poverty Network (EAPN), Madrid.

Vilà i Mancebo, Antoni (2009), *Informe. Tendencias de los Servicios sociales*, European Anti-Poverty Network (EAPN), Madrid.

Vilà i Mancebo, Antoni (2011), “Els serveis socials a les comunitats autònomes” en Pelegrí Viaña, Xavier. (ed.), *Els serveis socials a Catalunya. Aportacions per al seu estudi*, Universitat de Lleida - Universitat Rovira i Virgili, Lleida-Tarragona, pp. 163-196.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

América Latina 59, 69, 70, 73, 76, 77, 109, 110, 161, 215, 220, 278, 283

### C

Cidadania 2, 11, 17, 138, 150, 164, 165, 166, 195, 196, 199, 209, 222, 232, 234, 250, 260, 268, 283

Cidadão 4, 84, 124, 128, 132, 133, 209, 263, 265

Continente Europeu 78, 79, 86, 87

Contrato Social 155, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170

### D

Desenvolvimento 2, 3, 5, 11, 13, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 45, 49, 53, 54, 57, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 76, 87, 91, 93, 94, 99, 100, 102, 107, 124, 126, 127, 129, 130, 135, 141, 142, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 156, 157, 164, 168, 169, 170, 172, 176, 185, 203, 210, 215, 218, 221, 222, 232, 235, 254, 255, 260, 262, 263, 264, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 280, 281, 282, 285

Despejo 238, 252, 253, 254, 256, 261, 262, 263

Direitos Humanos 1, 2, 3, 4, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 31, 40, 41, 45, 47, 48, 50, 52, 54, 55, 58, 59, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 87, 88, 89, 91, 93, 115, 118, 122, 123, 124, 126, 129, 131, 210, 215, 218, 219, 220, 222, 232, 237, 238, 264, 268, 269, 281, 285

Direito Social 20, 25, 32, 33, 221, 240

### E

Empresas 10, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 104, 159

Estado de Coisas Inconstitucional 109, 110, 116, 117, 119, 121

Estado Democrático de Direito 2, 4, 13, 133, 137, 209, 220

### F

Função Social 70, 180, 183, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 243, 247, 248, 250, 252, 254, 255, 256, 264

### G

Gênero 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 161, 168, 173, 178, 264

### I

Informação 21, 22, 59, 93, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 134, 138, 139, 145, 148, 152, 155, 157, 159, 169, 215, 280

## **J**

Judiciário 93, 116, 117, 118, 119, 121, 125, 190, 192, 193, 197, 199, 205, 208, 209, 210, 211, 218, 219, 245, 249, 252

Jurisdição 13, 14, 28, 41, 57, 114, 115, 117, 120, 133, 134, 135, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 214, 215, 219, 254

Justiça 11, 12, 20, 27, 30, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 66, 68, 74, 77, 91, 94, 103, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 163, 178, 180, 190, 191, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 216, 218, 219, 220, 235, 245, 246, 252, 253, 261, 262, 263, 264, 266, 267, 269, 279

## **M**

Mediação 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 219, 220, 262, 279

Mediador 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 275

Meio Ambiente 10, 13, 42, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 132, 138, 140, 143, 148, 151, 154, 168, 186, 265, 283, 285

Moradia 114, 234, 237, 238, 239, 240, 243, 247, 248, 249, 251, 266

## **N**

Nanotecnologia 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153

## **O**

Ordem 1, 4, 8, 13, 14, 16, 20, 26, 69, 93, 110, 112, 116, 117, 119, 131, 133, 140, 142, 155, 156, 159, 162, 169, 170, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 183, 190, 196, 200, 202, 217, 218, 236, 241, 252, 253, 254, 256, 261, 262, 265, 266, 267, 283, 285

## **P**

Pessoa com Deficiência 20, 22, 23

Poder 2, 3, 5, 6, 7, 8, 16, 26, 31, 43, 44, 54, 57, 60, 66, 68, 70, 73, 91, 96, 102, 111, 116, 117, 118, 119, 121, 125, 133, 137, 143, 160, 164, 166, 167, 168, 175, 184, 185, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 202, 205, 209, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 225, 229, 234, 235, 236, 239, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 256, 258, 265, 266, 274, 276, 282

Processo Civil 187, 188, 193, 194, 198, 202, 203, 204, 206, 209, 211, 216

Propriedade 4, 9, 128, 166, 168, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 250, 255, 256, 264, 265, 273

## **Q**

Questão Agrária 252, 254, 255, 269

## **R**

Refugiados 78, 79, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89

Resíduos Sólidos 271, 280, 283

## **S**

Sanção 55, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 236

Saúde 6, 18, 19, 22, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 52, 58, 69, 74, 79, 85, 93, 94, 95, 100, 101, 113, 114, 117, 126, 130, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 168, 177, 221, 238, 239, 279, 280, 284

Sistema Interamericano 40, 41, 45, 59, 61, 62

## **T**

Teoria Positivista 172

Trabalho 3, 7, 9, 18, 22, 26, 27, 28, 42, 53, 56, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 114, 115, 117, 123, 124, 129, 148, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 166, 167, 168, 172, 196, 199, 200, 206, 208, 209, 210, 216, 238, 239, 253, 262, 264, 268, 269, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284

# Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

Atena  
Editora

Ano 2020

# Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

Atena  
Editora

Ano 2020